

CAPÍTULO 12

O CONSUMO E A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL EM POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

**Meri Grace de Jesus
Roberto Ferreira Prudêncio da Silva
Carlos Alberto Figueiredo da Silva**

Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM);
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local (PPGDL)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral determinar os desafios e oportunidades da agenda de 2030 para promover o desenvolvimento local sustentável. Os objetivos específicos incluem caracterizar aspectos do desenvolvimento, explanar sobre a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e identificar os desafios de uma aplicação municipal. O estudo utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em revisão narrativa da literatura. Foram coletados dados em bases de dados, livros e fontes confiáveis, com critérios de inclusão que consideraram o texto completo disponível nos últimos 10 anos, em português, espanhol ou inglês. Os resultados e discussões destacam que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o resultado de um processo envolvendo os estados membros das Nações Unidas e organizações da sociedade civil. Esses objetivos entraram em vigor em 2016 e devem guiar as decisões em todos os países até 2030. O sucesso dos ODS depende da cooperação entre instituições e organizações do setor público, iniciativa privada e organizações da sociedade civil. A Agenda 2030 define 17 ODS e 169 metas que abrangem diferentes áreas, como eliminação da pobreza, proteção ambiental e desenvolvimento econômico. A Agenda 2030 reconhece a importância das dimensões regionais e sub-regionais, bem como a colaboração entre setor público, setor privado, organizações não governamentais e sociedade em geral. O documento destaca a necessidade de trabalhar com as comunidades locais para promover a coesão da comunidade, estimular a inovação e o emprego. Em suma, o estudo ressalta a importância da adoção de metas de desenvolvimento sustentável para promover o desenvolvimento local. A colaboração entre diferentes setores e a integração das dimensões econômica, social e ambiental são fundamentais para alcançar os benefícios esperados até 2030.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; ODS; Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1960, a questão ambiental, a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico são temas que se tornaram cada vez mais discutidos nos principais fóruns internacionais, bem como a importância dos principais planos de ação dos governos em muitos países (CARVALHO, 2019).

No início dos anos 1990, as mudanças climáticas e o aquecimento global se tornaram questões políticas, e quase todos os acordos recentes e implementação foram pesados. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (também conhecida como Eco-92) representou um marco de questões ambientais, quando se assinaram cinco acordos ambientais em 170 países (CARVALHO, 2019). Eles são: A Declaração do Meio Ambiente e Desenvolvimento; os Princípios do Manejo Florestal Sustentável; Prática de Diversidade Biológica; Prática Climática; finalmente, em muitos princípios e compromissos no desenvolvimento e implementação de países em desenvolvimento (ONU, 2017).

A agenda 2030 inclui 17 metas e 169 objetivos globais, dentre eles a eliminação da pobreza, a educação de alta qualidade, a igualdade de gênero, buscando-se assim construir uma sociedade mais justa e equilibrada. No entanto, para atingir esses objetivos, a assimetria entre a política nacional e a gestão pública local deve ser resolvida, pois as metas de desenvolvimento sustentável só podem alcançar resultados efetivos pela eficácia do gerenciamento de políticas públicas nos níveis municipais (CNM, 2017).

Os gerentes locais têm seu papel na execução da agenda 2030, especialmente operações públicas que enfatizam a governança ambiental. Além de esclarecer o projeto e a implementação das políticas públicas, eles também devem incluir procedimentos administrativos, políticas públicas e questões sustentáveis na tomada de decisão (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016).

Como é apontado pelos dados da Mandala ODS, não há planejamento estratégico destinado ao desenvolvimento sustentável e de longo prazo. Acrescenta-se também que a ausência das metas de desenvolvimento sustentável e/ou baixo conhecimento, bem como o governo e o debate acadêmico na cidade, é um importante ponto para a promoção de políticas públicas municipais.

A agenda de 2030 define um conjunto de metas, diretrizes, metas e economia, estratégias de desenvolvimento social e ambiental, com foco em ações locais. Dessa forma, tem-se como pergunta norteadora deste trabalho a seguinte questão: como a adoção de metas de desenvolvimento sustentável pode contribuir para o desenvolvimento local e os desafios a serem ultrapassados?

Com base na questão norteadora este estudo tem como objetivo geral determinar os desafios e oportunidades da agenda de 2030 para promover o desenvolvimento local sustentável. Como objetivos específicos: a) caracterizar aspectos desenvolvimento; b) explanar sobre aspectos da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; c) identificar os desafios de uma aplicação municipal.

MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa. O trabalho se ancora em uma revisão narrativa da literatura com o objetivo de aprofundar o entendimento do tema.

A abordagem qualitativa caracteriza-se por: objetivação dos fenômenos; comportamento hierárquico de descrever, entender e refinar a relação entre o global e o local em um fenômeno particular (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

O método de revisão bibliográfica permite a incorporação de dados empíricos e teóricos adquiridos, o que pode levar à definição de conceitos, identificação de lacunas no campo de pesquisa, revisão teórica e análise de métodos de pesquisa.

Sobre a tipologia da pesquisa bibliográfica, Fonseca Júnior afirma que ela “deriva do levantamento de referenciais teóricos analisados e publicados em formatos escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas da web” (FONSECA JÚNIOR, 2002, p. 32.).

A coleta de dados foi realizada em 2023, utilizando bases de dados (Periódicos Capes e Google Scholar), livros e fontes confiáveis. A fim de selecionar criteriosamente os estudos incluídos neste estudo, foram utilizados critérios de inclusão, a saber: texto completo disponível, nos últimos 10 anos, em português, espanhol ou inglês, como critérios de inclusão.

Do grupo de artigos, foram excluídos trabalhos sem texto completo, linguagem desatualizada ou prescrita e duplicação. Os artigos foram então selecionados por título, leitura flutuante e leitura qualitativa, e foram incluídos neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de desenvolvimento dos ODS envolveu os 194 estados-membros das Nações Unidas, bem como organizações da sociedade civil de todo o mundo. Suas metas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2016 e devem orientar a tomada de decisões em todos os países até 2030 (SCHIMMELFENIG; AGOSTINI, 2020).

Blewitt (2018) argumenta que o sucesso dos ODS depende de uma ampla sociedade de cooperação entre instituições e organizações do setor público, iniciativa privada e organizações da sociedade civil. Os autores observam que os ODS atraíram o interesse de empresas globais porque não

discriminam economias menos desenvolvidas e abordam uma ampla gama de questões que podem promover a sustentabilidade e o desenvolvimento de negócios.

Com base no documento de 2012 “O futuro que queremos”, fruto dos trabalhos da Rio+20, foi constituído um grupo de trabalho para desenvolver os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que substituíram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (SCHIMMELFENIG; AGOSTINI, 2020).

O trabalho resultante são os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 objetivos contidos no documento *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*, endossado na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável de 2015 em Nova York. “A Agenda 2030 propõe Um Plano de Ação para Pessoas, Planeta e Prosperidade” e “Paz e Maior Liberdade para Todos” (UNESCO, 2020). Também entende que o maior desafio global é a erradicação da pobreza em todas as suas formas, requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (CARVALHO, 2019). Enfatiza que suas metas e objetivos são unificados e indivisíveis, aplicáveis a todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento, e busca o equilíbrio entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

A proposta é que as metas inspirem ações em cinco áreas consideradas críticas para as pessoas e para o planeta: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria, com meio ambiente saudável que garanta condições iguais de dignidade e potencial para todos; gestão sustentável dos recursos naturais para garantir que o planeta permaneça em boas condições para as gerações futuras; progresso econômico, social e tecnológico em harmonia com a natureza; construção de sociedades de paz e tolerância livres de medo e violência e um espírito global de solidariedade que não deixa ninguém para trás (UNESCO, 2020).

A Agenda 2030 reconhece a importância das dimensões regionais e sub-regionais, integração econômica regional e conectividade no desenvolvimento sustentável. As estruturas regionais e sub-regionais podem facilitar a tradução efetiva das políticas de desenvolvimento sustentável em ações concretas no nível nacional (UNESCO, 2020), reforçando a sinergia local e global recomendada na Agenda 21. Também destaca a necessidade de as autoridades trabalharem com as comunidades locais para repensar as cidades para promover a coesão da comunidade e estimular a inovação e o emprego.

O documento enfatiza que embora os governos sejam importantes, também o são os papéis do setor privado (de microempresas e cooperativas a corporações multinacionais), organizações da sociedade civil e organizações filantrópicas na implementação da agenda (SCHIMMELFENIG; AGOSTINI, 2020).

A esse respeito, Roma (2019) defende que esses objetivos só podem ser alcançados por meio de uma forte colaboração entre os setores público e privado, ONGs e a sociedade em geral. Também destaca que um grande

desafio inicial é internalizar e internalizar as metas em nível nacional para funcionar e alcançar os benefícios esperados até 2030.

AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2012, na Conferência Rio de Janeiro+20 Reunião na Conferência de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas no Rio de Janeiro, ela pretende avaliar a implementação de medidas tomadas no Rio 92. Nos anos seguintes, ele também começou a debater a luta pelo desenvolvimento sustentável (CARVALHO, 2019).

Somente em 2015, na Conferência das Nações Unidas, o estado e os governos de 193 países foram responsáveis pela meta da ONU em 2000. A Resolução A/RES/70/10 de desenvolvimento sustentável, define muitos objetivos, padrões, padrões, objetivos e economia, objetivos e estratégias de desenvolvimento social e ambiental (ONU, 2015).

Em suas três dimensões (sociedade, economia e meio ambiente), enfatiza o desenvolvimento sustentável, e a agenda 2030 prefere suas ações básicas: eliminar a pobreza e combater a desigualdade social; promover o bem e a prosperidade; proteger o meio ambiente e reduzir o impacto das mudanças climáticas (ONU, 2016).

A agenda fez emendas significativas às metas de desenvolvimento de oito anos, estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e atingirá 169 metas em 2030. As pessoas precisam redefinir a demanda por modelos de produção para garantir o desenvolvimento econômico, justiça social e proteção ambiental (DE MARTINO JANNUZZI; DE CARLO, 2019).

A Revolução Industrial começou no século XVIII. Sua influência sempre foi o marco histórico do século, especialmente na economia social, progresso tecnológico e científico. É considerado um dos principais fenômenos políticos e econômicos da ordem internacional contemporânea. Esta é uma transição do sistema agrícola para a alta economia da industrialização. Em outras palavras: do capitalismo comercial ao industrial (BURNS, 1982).

O teórico Adam Smith (2021) é um dos pioneiros do liberalismo clássico. Ele não apenas resolve a estrutura e a natureza do sistema capitalista, mas também resolve a divisão do trabalho e dos recursos naturais. Para Smith, o crescimento econômico ocorrerá e se desenvolverá. Esses recursos naturais são críticos para o crescimento econômico (DE MARTINO JANNUZZI; DE CARLO, 2019). Muitas teorias econômicas tentaram entender o progresso, o desenvolvimento econômico e o capitalismo (ou alternativas, como o socialismo de Karl Marx e Engels). De Adam Smith a Paul Krugman, de John Keynes a Friedrich Hayek, todos viram a riqueza da sociedade. Ferramentas de progresso econômico. Portanto, tornaram-se os benefícios

da população e do crescimento econômico (BAUMANN; GONÇALVES, 2016).

Algumas das principais características do desenvolvimento econômico são a produtividade marginal, o surgimento de riqueza e renda, o acúmulo de capital e a melhoria contínua do progresso científico. Existem muitas definições de desenvolvimento econômico (DE MARTINO JANNUZZI; DE CARLO, 2019).

Neste estudo, entende-se a definição de desenvolvimento humano não apenas como a melhoria na qualidade da vida econômica, mas como a sociedade afeta a vida humana, a população e a qualidade da variável política (PNUD, 2018).

Mas como avaliar o impacto social do desenvolvimento econômico? Existem muitos indicadores de desenvolvimento. Essas tentativas de medir a desigualdade desigual determinam o motivo e fornecem subsídios para soluções (DE MARTINO JANNUZZI; DE CARLO, 2019).

O PIB é uma ferramenta de medição contábil para todos os produtos e serviços produzidos pelo Estado dentro de certo período de tempo. O PIB per capita é o resultado do valor do número de residentes. As diferenças anuais do PIB refletem crescimento econômico ou atrofico (BAUMANN, GONÇALVES, 2016).

Coeficiente de Gini. Este parâmetro foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini em 1912 e mediu a avaliação da concentração de concentração e distribuição de renda entre multidões. O coeficiente de Gini é uma medida estatística utilizada para medir a desigualdade de distribuição de renda em uma determinada população. Ele varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a igualdade perfeita (todos possuem a mesma renda) e 1 representa a desigualdade máxima (BAUMANN, GONÇALVES, 2016).

O IDH é baseado no grau de desenvolvimento humano, ou seja, na qualidade de vida da população em diferentes países ou regiões em um país ou região e em uma medida de condições sociais e econômicas. Dados como vida esperada, renda per capita, taxa analfabeta e mortalidade infantil são usados para determinar o nível de desenvolvimento (UNDP, 2018).

IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM ÂMBITO MUNICIPAL

O desenvolvimento sustentável é um dos principais desafios do contemporâneo, especialmente para o governo municipal. A meta e os indicadores da agenda de 2030 são altos. Por exemplo, a eliminação da pobreza. A agenda define o objetivo diretamente relacionado à responsabilidade do governo local (KASPER et al., 2022).

Gestão pública local, essa é uma interpretação das políticas públicas municipais, tem o objetivo de promover e implementar o crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental. Em outras palavras, a política pública implementa efetivamente o objetivo do desenvolvimento sustentável (CNM, 2017).

No entanto, deve-se lembrar de que existe um não crítico entre a política nacional e a gestão pública municipal. As metas globais para conquistas específicas são desafios da gestão pública local, porque envolve um ambiente favorável para instituições políticas, recursos financeiros e capital técnico (DE MARTINO JANNUZZI; DE CARLO, 2019). As metas exigem que o governo municipal e outros participantes locais tenham um bom desempenho (DE MARTINO JANNUZZI; DE CARLO, 2019). Como desempenha um papel importante no desenvolvimento, os governos locais devem implementar a legislação atual e as regras da agenda para combinar e para executar (CNM, 2017).

O Presidente da República (2017) e as autoridades municipais têm muitos desafios. Um ponto proposto por esse documento é a internalização da meta. Devido ao desenvolvimento econômico local e baixa renda, muitas autoridades municipais brasileiras são limitadas por orçamentos. Muitas das mais de 5.000 cidades podem sobreviver através do estado e/ou federais, geralmente não o suficiente para implementar uma ação maior (CARVALHO, 2019; KASPER et al., 2022).

Acontece que a governança é uma maneira viável de obter maior velocidade de desenvolvimento sustentável. Além da complexidade da operação, é necessário integrar e expressar um grande número de metas, metas e indicadores, e é necessário estabelecer um espaço para a cooperação contínua em todo o país (CARVALHO, 2019); isso requer integração e comunicação contínua entre a gestão pública municipal. Obviamente, existem entidades privadas e sociedade folclórica organizacional (MANCE, 2008).

No contexto do desenvolvimento local, os participantes locais são essenciais para formular estratégias e políticas públicas, decisões, implementação e avaliação. Além disso, mobilizando os participantes locais, a formação de redes entre biologia e instituições locais e uma maior cooperação entre empresas localizadas na mesma área são a deterioração de novas formas de produção e a desigualdade social. (MULS, 2008; KASPER et al., 2022).

A Mandala ODS planeja permitir que o pessoal especial de gerenciamento público visite as autoridades municipais, que podem ser diagnosticadas para monitorar e avaliar o desempenho de sua cidade (KASPER et al., 2022).

Embora as autoridades municipais ainda não tenham implementado ações relacionadas às metas de desenvolvimento sustentável, elas ainda podem monitorar o progresso da política pública das autoridades municipais (KASPER et al., 2022).

De acordo com o relatório presidencial da República (2017), as autoridades municipais brasileiras devem buscar mais participação no setor privado, professores sociais e organizações civis; prepare-se para o relatório de monitoramento da agenda; transmitir a agenda anua; preparar-se para o Plano Plurianual; estabelecer um comitê de desenvolvimento sustentável do

segundo nível; promover e conceder o prêmio brasileiro de ODS; e finalmente permitir gerentes públicos (DE MARTINO JANNUZZI; DE CARLO, 2019).

Portanto, a possibilidade de alcançar as metas de desenvolvimento sustentável é maior. Através da governança transparente e democrática, o desenvolvimento econômico equilibrado, a sustentabilidade ambiental e os desafios da justiça social são uma série de ferramentas, promovendo a unidade e as sugestões em 2011 para promover o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento (DE MARTINO JANNUZZI; DE CARLO, 2019).

CONCLUSÃO

Este estudo faz parte dos esforços para melhorar a gestão pública. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, e sua população tem uma alta população sob a condição de degradação e não obtém serviços públicos básicos; isso geralmente é causado pela baixa eficiência dos governos locais.

A agenda de 2030 é um esforço conjunto global, que visa promover a justiça e o desenvolvimento justo e sustentável, mas tome medidas nas autoridades municipais. A conclusão é que os gerentes públicos locais precisam buscar soluções abrangentes para eliminar a pobreza, mas isso só é possível no ambiente de proteção ambiental, justiça social e respeito pelos direitos básicos sem diferenças.

O tema sustentabilidade será dominante por muitos anos. A agenda global nos principais fóruns internacionais e a implementação da agenda 2030 no nível municipal será a parte básica deste debate. A base do debate é a nova pesquisa do tema, incluindo a academia, o público, instituições e organizações com organizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMANN, R.; GONÇALVES, S. S. **Manual do Candidato: economia**. Brasília: FUNAG, 2016.

BLEWITT, J. **Understanding Sustainable Development**. Routledge. 2018.

BURNS, E. M. **História da civilização Ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1982.

CARVALHO, A. R. S. **Gestão pública sustentável: a Agenda 2030 e o desenvolvimento local**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

CNM. **Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020 – Brasília, DF: CNM, 2017.**

DE MARTINO JANNUZZI, P.; DE CARLO, S. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. **Bahia Análise & Dados**, v. 28, n. 2, p. 6-27, 2019.

FONSECA JÚNIOR, W. C. da. Análise de Conteúdo. In. DUARTE, J.;

BARROS, A. (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação, v. 2.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

KASPER, L. et al. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: O caso de um município do COREDE-Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. **Conjecturas**, v. 22, n. 2, p. 1498-1514, 2022.

MANCE, E. **Desenvolvimento Local Sustentável: Conceitos e Estratégias**. Fortaleza: STDS, Abril de 2008.

MULS, L. M. Desenvolvimento Local, Espaço, Território: O conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **Revista Economia**. Brasília, v.9, n.1, p.1–21, jan/abr 2008.

ONU. **Sustainable Development Solution Network Getting Started with the SDGs in Cities**. A Guide for Stakeholders, 2016. Disponível em <http://unsdsn.org/wpcontent/uploads/2016/07/9.1.8.-Cities-SDG-Guide.pdf> Acessado em: 18 abr. 2023.

ONU. **A ONU e o meio ambiente**. Brasília: Nações Unidas, 2017.

ONU. **Sustainable Development Conferences**. 2015. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/conferences> Acessado em: 18 abr. 2023.

PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Brasília: PNUD, 2018. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html> Acessado em: 18 abr. 2023.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Guia GPS: Gestão Pública Sustentável**. São Paulo, 2016.

ROMA, J. C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sua transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Indicadores de Sustentabilidade**, 33–39. 2019.

SCHIMMELFENIG, C.; AGOSTINI, M. R.; DE FREITAS, G. R. Os objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 e sua contribuição para a pesquisa em inovação social. In: **5º salão de pesquisa, extensão e ensino do IFRS**. 2020.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações**. São Paulo: Saraiva, 2012. OCDE. Desenvolvimento sustentável: Economia, Sociedade e ambiente interligados. Paris: OCDE Insights, 2008. Disponível em <https://www.oecd.org/insights/41774407.pdf> Acessado em: 18 abr. 23

UNESCO. **UNESCO Creative Cities Network for sustainable development**. 2020.